

PUBLICAÇÃO: 22 DE AGOSTO DE 2017



Brasil é único país latino-americano a ter comissão paritária para os objetivos globais

O Brasil é o único país da América Latina a ter uma Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) paritária entre governo e sociedade civil, lembrou o secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Articulação Social, Cláudio Ribeiro, durante apresentação feita no início de agosto (9) ao Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) no Escritório da ONU, em São Paulo.

A comissão tem entre seus objetivos internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação no Brasil da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Composta por representantes de governos, empresas, academia e terceiro setor, o órgão integra a Secretaria de Governo da Presidência da República.

Ribeiro lembrou o caráter paritário da comissão. “Nesse ponto, conseguimos um avanço. A participação da sociedade civil é uma condição necessária para que a agenda seja tocada de forma a engajar a sociedade como um todo”, destacou. O executivo citou pesquisa segundo a qual a população brasileira acredita que as empresas têm muita responsabilidade na implementação dos ODS, ficando atrás somente dos governos.

Os 16 membros da Comissão Nacional para os ODS foram escolhidos por meio de seleção pública. Oito deles são representantes governamentais, responsáveis por promover a articulação com órgãos e entidades para implementar a Agenda 2030 nos níveis estadual e municipal, e oito são representantes da sociedade civil, favorecendo uma maior articulação e mobilização das empresas e do terceiro setor. A próxima etapa da comissão inclui a elaboração de um Plano de Ação que envolve a criação de Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho que receberão a contribuição de convidados.

Para o secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Articulação Social, Cláudio Ribeiro, a participação dos diversos setores é fundamental para o alcance dos ODS no país. Foto: Rede Brasil do Pacto Global/Luísa Monteiro

Tendo em vista a amplitude de áreas que envolvem os ODS, Ribeiro afirmou que a Agenda 2030 gera oportunidades de convergência de políticas públicas em todos os níveis de governos e de uma de maior facilidade de planejamento para as empresas. “Além de ser um compromisso, aderir a Agenda 2030 é grande oportunidade de resgatar planejamentos de longo prazo, garantindo a continuidade de programas, projetos e ações com ampla participação”, disse.

A comissão deve, ainda, acompanhar a evolução dos ODS no país, elaborar relatórios periódicos, subsidiar discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais, além de identificar, sistematizar e divulgar boas práticas que contribuam para o alcance das metas.

Em relação à pesquisa feita com a população sobre a Agenda 2030, Ribeiro comentou que os resultados reforçaram a importância da comissão. Segundo ele, quase metade das pessoas (49%) desconhecia os ODS. Outras 51% já tinham ouvido falar ou tinham algum conhecimento sobre o assunto. Áreas como saúde, educação e erradicação da fome e da pobreza foram consideradas prioritárias pelos brasileiros.

Para difundir a compreensão sobre os objetivos globais, Ribeiro acredita que é necessário sensibilizar de forma estratégica os conceitos da Agenda 2030 nos mais diversos núcleos sociais – como governos, ONGs e setor privado – e disseminar as metas em cada território do país. “Apesar de concebida para alcançar os ODS a nível global, a Agenda 2030 precisa ser adaptada à realidade brasileira. Sendo uma agenda de todos, ela só terá efeito se chegar a cada um dos territórios, impactando as diferentes realidades”, comentou.

Posse dos representantes

Os 16 representantes da comissão foram empossados em junho deste ano pela Secretaria de Governo da Presidência da República. No âmbito público, há representantes dos ministérios de Planejamento Desenvolvimento e Gestão, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Desenvolvimento Social, Secretaria de Governo da Presidência da República e Casa Civil da Presidência da República. A esfera estadual é representada pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente (ABEMA) e os governos municipais pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Já a sociedade civil é representada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Visão Mundial e Fundação Abrinq.

O assessoramento técnico é realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República é responsável pela Secretaria Executiva da CNODS.

FONTE: https://nacoesunidas.org/brasil-e-unico-pais-latino-americano-a-ter-comissao-paritaria-para-os-objetivos-globais/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29

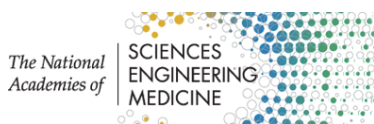


ONU Mulheres lança publicação em português

Para reverter esse cenário, a ONU Mulheres vem trabalhando com as empresas signatárias dos Princípios de Empoderamento das Mulheres – plataforma criada pela agência e o Pacto Global da ONU — para identificar formas de fortalecer os negócios liderados por mulheres. Esforços estão em linha com o Princípio número 5: “implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de suprimentos e de marketing que empoderem as mulheres”.

Durante o fórum, a ONU Mulheres lançou a versão em português do guia “O poder das compras, como adquirir de negócios liderados por mulheres”. A publicação traz ferramentas e técnicas que visam à redução e eliminação dos problemas encontrados por essas empresárias.

FONTE: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/08/OPoderDeCompras_final.pdf



Fortalecimento da resiliência de desastres da comunidade acadêmica de pesquisa biomédica: proteção do investimento da nação

Este livro oferece recomendações e orientações para melhorar a **resiliência de desastres** da comunidade acadêmica de pesquisa biomédica nos Estados Unidos da América, com foco especial nas ações potenciais, pesquisadores, instituições de pesquisa acadêmica e patrocinadores de pesquisas podem tomar para mitigar o impacto de futuras catástrofes .

Os capítulos dentro do livro avaliam o impacto histórico dos desastres na comunidade acadêmica de pesquisa biomédica e definem as funções e características das instituições de pesquisa acadêmica no contexto da **resiliência de desastres**. O livro descreve os processos para a construção da **resiliência de desastres**, inclusive através da **resiliência da comunidade** e planos de preparação nacional, planejamento de gerenciamento de risco de desastre e resposta e recuperação. Ele contém considerações especiais para a resiliência de desastres na comunidade de pesquisa

biomédica, inclusive para pesquisa animal, ambiente construído, fluxos de financiamento e o papel essencial dos patrocinadores da pesquisa.

FONTE: <https://www.nap.edu/catalog/24827/strengthening-the-disaster-resilience-of-the-academic-biomedical-research-community>



Ação climática inspiradora nas cidades africanas: opções para caminhos resilientes

Este documento de trabalho destaca os projetos de adaptação realizados em África e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que esses esforços abordam. Esses 17 estudos de caso oferecem insights sobre formas criativas que as áreas urbanas e encontraram abordar questões sociais, econômicas e de saúde complexas que surgem com a mudança climática.

Os projetos no documento de trabalho destinam-se a fornecer opções práticas para inspirar governos nacionais, municipais, planejadores urbanos, ONGs, empresas privadas, instituições internacionais e comunidades a implementar novos projetos de adaptação no continente.

http://www.fractal.org.za/wp-content/uploads/2017/07/FRACTAL_WP4_INSPILING-CLIMATE-ACTION-IN-AFRICAN-CITIES.compressed.pdf



Uma abordagem de paisagem para redução de risco de desastre em 7 etapas

O uso de uma abordagem de paisagem, embora não novo, está ganhando destaque como uma abordagem para efetivamente reduzir o risco de desastres, se adaptar às mudanças climáticas e aumentar a **resiliência da comunidade**. Com base na experiência da CARE e da Wetlands International na aliança Partners for Resilience e nas melhores práticas desenvolvidas por outros especialistas, este artigo sintetiza as principais características da abordagem paisagística e sugere sete etapas ao adotar uma abordagem paisagística. Embora este documento se centre especificamente na

redução do risco de desastres para ajudar a aumentar a **resiliência da comunidade**, a abordagem da paisagem é aplicável a outros tipos de programação.

FONTE:http://www.careneland.org/wp-content/uploads/2017/08/CARE_WI-A-Landscape-Approach-for-DRR-in-7-Steps-1.pdf



Defesa Civil participa do I Fórum de Redução de Risco e Desastres em Educação para os Países do Cone Sul no Paraguay.

Na manhã de hoje, 21/08, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, representada pela Diretora da Divisão de Planejamento, Legislação e Ensino, Capitão PM Aline Betânia Ribeiro de Mattos Carvalho Signorelli, participou da abertura do I Fórum de Redução de Riscos e Desastres em Educação para os países do Cone Sul realizado na cidade de Assunção no Paraguay, que acontece entre 20 e 24 de agosto.

O Fórum tem como principal objetivo promover o fortalecimento, nos países do Cone Sul, da experiência relativa à inclusão de redução do risco de desastres na educação, por meio da identificação de respostas aos desafios estratégicos e técnicos que enfrenta cada país. E também do estabelecimento de linhas de ação sub-regionais para um desenvolvimento harmonioso e colaborativo do tema.

Durante os dias de evento serão abordados temas como: Redução de Risco e Desastres na Educação, Comunidade e Cultura na Redução de Risco e Desastres, a Redução de Risco de Desastres com foco em estudantes com deficiência, dentre muitos outros.

Além da Diretora de Planejamento Legislação e Ensino, representaram também o Brasil, as Professoras Andréia Cristina Barroso Cardoso e Tânia Regina Martins Resende, da Secretaria de Estado da Educação; Débora Olivato, do CEMADEN e Ana Carolina Lafemina, da UNIVESP.

FONTE:<http://www.sen.gov.py/articulo/1908-paraguay-es-sede-del-1-foro-internacional-de-educacion-para-la-reduccion-del-riesgo-de-desastres.html#.WZtz0j6GPIU>



Desastres

Encontre no mapa os desastres em andamento que o ReliefWeb está monitorando.



<http://reliefweb.int/disasters>

EVENTOS



8ª Conferência da Sociedade Internacional de Gestão Integrada de Riscos de Desastres (IDRiM 2017)

Sobre a conferência

O tema da conferência é "**Dimensões da Redução do Risco de Desastres e Resiliência da Sociedade em um Mundo Complexo**".

IDRiM 2017 adota uma abordagem interdisciplinar e encoraja contribuições de todos os setores de ciências naturais, sociais, de saúde, humanitárias e outras, para

promover a compreensão da melhor maneira de gerenciar o risco que os riscos naturais representam para as sociedades.

A abordagem interdisciplinar reflete que a **resiliência da sociedade** baseia-se na preparação pessoal e na saúde física e mental de seus membros individuais. O tecido social das comunidades permite aos indivíduos se preparar, lidar e se adaptar às consequências dos riscos naturais. Compreender o risco de risco natural, o monitoramento robusto do risco de desastres, a comunicação de crises e o gerenciamento crítico da linha de vida são elementos fundamentais para a **resiliência da sociedade**. Estes, por sua vez, recaem sobre instituições que fornecem o quadro formal de governança, necessário para uma responsabilidade legal e política eficiente.

O IDRiM2017 tem como objetivo fornecer um fórum para troca frutuosa de expertise e opiniões sobre todos os aspectos da gestão de riscos. O programa será variado, desde palestras de notas-chave e discussões de painel de especialistas até uma ampla seleção de apresentações orais e de pôsteres em vários tópicos. Além disso, a conferência oferece uma oportunidade especial para jovens cientistas (por exemplo, estudantes de pós-graduação e pesquisadores pós-doutores) através da "Sessão de Jovens Científicos (YSS)", onde todos os apresentadores devem apresentar uma apresentação oral e uma apresentação de propaganda, e obter feedback. Dos participantes da conferência. Todas as apresentações da YSS participam do YSS Best Presentation Competition.

Estamos ansiosos para recebê-lo para a Islândia e faremos o nosso melhor para tornar o IDRiM 2017 uma experiência memorável e gratificante para todos os interessados em aliviar as ameaças que os riscos naturais causam em todo o mundo.

Sessão tópico (lista preliminar)

1. Compreender e monitorar o risco de risco natural
2. Risco e resiliência
3. Envolvimento e comunicação da comunidade
4. Apresentação para sessão de jovens cientistas
5. Outro - a ser determinado

WEBSITE DO EVENTO: [HTTPS://WWW.IDRIM2017.COM/PROGRAMMEVENUE/](https://www.idrim2017.com/programmevenue/)



II CBRRD – RIO 2017

O II Congresso de Redução de Riscos e Desastres (II CBRRD) tem como objetivo geral promover o trabalho em rede e o intercâmbio de informações e troca de experiências entre as Instituições públicas e privadas, universitárias ou institutos de pesquisa, empresas privadas e instâncias governamentais das áreas afins, entre outros, por meio de palestras, oficinas, feiras, apresentação de trabalhos científicos tendo como referência o marco de Sendai. Dessa maneira, pretende-se implementar parceria que propõe soluções para a temática RRD, fomentando a inovação nas

instituições por meio da cooperação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico; além de, fomentar um Fórum permanente e um evento anual itinerante, que busque adquirir e discutir conhecimentos sobre RRD para auxiliar na tomada de decisões e orientações de pesquisas em áreas afins; Promover a troca de experiências entre Instituições e com outros países, aplicar métodos e práticas comprovadas como eficientes e factíveis com as necessidades locais; Conhecer e divulgar legislações e normas vigentes em cidades, estados, órgãos públicos e privados, promovendo uma ampla discussão sobre a temática.

FONTE:<http://www.cbrrd.com.br/>



Curso de Integração de Redução do Risco de Desastres e Adaptação às Alterações Climáticas

Por que participar?

Dado que 90 por cento das principais catástrofes gravadas causadas por riscos naturais de 1995 a 2015 estavam ligadas ao clima e às mudanças climáticas, muitas organizações estão agora construindo sua capacidade para entender o que precisa ser feito de forma diferente para integrar a adaptação às mudanças climáticas com seu trabalho em Redução de risco de desastres (RRD). No entanto, nem sempre é óbvio como essas duas áreas podem se conectar e operar em conjunto em conjunto no contexto mais amplo do desenvolvimento. Este curso oferece aos participantes um maior conhecimento dos conceitos e interseções das mudanças climáticas e DRR, e as abordagens, métodos e ferramentas que podem ser usados para integrar mais efetivamente a mudança climática na RRD.

O aquecimento global é um fator extremamente significativo que afeta a vida e os meios de subsistência das pessoas em todo o mundo. É vital melhorar a integração entre a adaptação às mudanças climáticas e a redução do risco de desastres, ao mesmo tempo que eliminamos as barreiras entre essas duas áreas de trabalho no contexto de um desenvolvimento mais amplo. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Quadro de Sendai e o Acordo de Paris sobre o clima apontam para a importância desta integração. Este curso - baseado em nossa longa experiência de trabalho em desastres, mudanças climáticas e desenvolvimento - é um passo fundamental para esse objetivo. Nós entregamos isso com sucesso em Bangladesh, Moçambique e Quênia, com participantes de ONGs locais e internacionais, Cruz Vermelha / Crescente Vermelho, agências de ajuda e organizações internacionais. - Terry Cannon, membro do IDS e convocante do curso

Objetivo do curso

Formar os formuladores de políticas e os profissionais com conhecimentos e habilidades para integrar mais efetivamente a redução do risco de desastres com a adaptação às mudanças climáticas, no contexto do desenvolvimento e da redução da pobreza.

Quem deve comparecer?

Atores de políticas e profissionais de organizações internacionais e agências de ajuda, funcionários de ONGs, funcionários governamentais, consultores independentes e profissionais de desenvolvimento que trabalham tanto com mudanças climáticas como DRR com objetivos pessoais ou organizacionais para melhorar a integração.

O curso NÃO é sobre resposta a desastres, alívio e recuperação - o foco é a preparação e prevenção de desastres. Os participantes podem ter trabalhado na resposta a desastres, mas querem mudar sua ênfase para RRD no contexto das mudanças climáticas.

Por favor, note que não há bolsas para este curso. Detalhes completos são fornecidos no site listado abaixo.

FONTE:<http://www.ids.ac.uk/events/integrating-disaster-risk-reduction-and-climate-change-adaptation>

